

HISTÓRIA DAS MULHERES E RELAÇÕES DE GÊNERO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: UMA ANÁLISE SOBRE AS MULHERES NA TEMÁTICA BRASIL COLONIAL

Karine de Fátima Mazarão⁹⁰

Resumo: Este artigo é um recorte da pesquisa realizada no mestrado profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Estadual de Maringá, apresentado em 2020. Na pesquisa questionamos a presença ou ausência das mulheres nos livros didáticos no recorte temático de Brasil Colonial. O estudo originou-se a partir da constatação da pouca representatividade feminina e das relações de gênero nos livros didáticos de História que foram distribuídos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) em 2020. Neste trabalho apresentamos o resultado da análise das cinco principais coleções distribuídas nas escolas públicas brasileiras: *História sociedade & cidadania*; *Araribá Mais História*; *Vontade de saber História*; *Estudar História: das origens do homem à era digital*; e *Historiar*. O objetivo deste artigo é apresentar uma análise crítica do conteúdo Brasil Colonial sob a perspectiva de gênero identificando em textos a maneira como as mulheres são representadas neste conteúdo. Como referencial teórico utilizamos gênero como categoria analítica pensado pela historiadora Joan Scott.

Palavras-chave: Livros didáticos; História das Mulheres; relações de gênero.

HISTORIA DE LA MUJERY RELACIONES DE GÉNERO EN LOS LIBROS DIDÁCTICOS DE HISTORIA: UN ANÁLISIS DE LAS MUJERES EN EL BRASIL COLONIAL

Resumen: Este artículo es parte de la investigación realizada en la maestría profesional en Enseñanza de la Historia (PROFHISTÓRIA), de la Universidad Estadual de Maringá, presentada en 2020. En la investigación, cuestionamos la presencia o ausencia de mujeres en los libros de texto en el foco temático del Brasil Colonial. El estudio se originó a partir de la observación de la baja representación femenina y las relaciones de género en los libros de texto de Historia que fueron distribuidos por el Programa Nacional del Libro y Material Didáctico (PNLD) en 2020. En este trabajo presentamos los resultados del análisis de las cinco principales colecciones distribuido en las escuelas públicas brasileñas: *História, sociedade & cidadania*; *Araribá Mais História*;

⁹⁰ Mestra em História Contemporânea pela Universidade do Porto (UP-PT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2244951321268036>. E-mail: karinemazarao@fcs.unl.pt.

Vontade de saber História; Estudar História: das origens do homem à era digital; e Historiar. El objetivo de este artículo es presentar un análisis crítico del contenido del Brasil Colonial desde una perspectiva de género, identificando en los textos cómo las mujeres son representadas en ese contenido. Como referente teórico, utilizamos el género como categoría analítica pensada por la historiadora Joan Scott.

Palabras llave: Libros de texto; Historia de la Mujer; relaciones de género.

Introdução

Nas últimas décadas os livros didáticos de História mostraram-se importantes objetos de estudos por parte de pesquisadores que buscam interpretar ou analisar diferentes abordagens metodológicas inscritas neles. Tratando-se das pesquisas em torno da História das Mulheres e relações de gênero também observamos alguns avanços⁹¹. Estes trabalhos acompanham os debates mais recentes que analisam a ausência ou presença feminina nos estudos históricos e a maneira como as mulheres são representadas nos materiais didáticos. Ainda assim é possível estabelecer análises e leituras utilizando os livros escolares como fontes, pois as modificações pelas quais passam de tempos em tempos nos permitem diferentes interpretações.

A partir da nossa experiência como docente das escolas públicas do Estado do Paraná, observou-se nos livros do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) a pouca representatividade ou a ausência das mulheres nos conteúdos de História nos últimos anos. Alguns livros avançaram

⁹¹ Entre os trabalhos, podem ser citados: MACHADO, Vanderlei e LOHN, Reinaldo Lindolfo. Gênero e imagem: relações de gênero através de imagens dos livros didáticos de história. *Gênero*. Niterói: EDUFF, v.4, n.2, p. 119-134, 2004; FERREIRA, Angela Ribeiro. *Representações da história das mulheres no Brasil: em livros didáticos de história*. 2005, 146 f. Dissertação (mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação, UEPG, Ponta Grossa, 2006; SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*, v.17, p.219-246, 2007.

pouco em relação a história das relações de gênero e outros sequer abordam a presença feminina em alguns conteúdos, com base nestas constatações motivamo-nos a desenvolver a pesquisa para o Mestrado Profissional em Ensino História (PROFHISTÓRIA) na Universidade Estadual de Maringá, PR. Este artigo é parte da pesquisa desenvolvida na dissertação apresentada em agosto de 2020.

Para a pesquisa foram analisadas nove coleções de livros didáticos⁹² destinadas ao sétimo ano do Ensino Fundamental. O critério de escolha dos livros para a análise foi quantitativo, analisamos os livros que ultrapassaram a marca de 100.000 exemplares distribuídos no início do ano letivo de 2020⁹³.

Os temas analisados foram: História da África, História Indígena e Brasil Colonial. Após a análise crítica destes conteúdos elaboramos o produto final, um manual didático para professores da rede da Educação Básica que propõe abordagens relacionadas à História das Mulheres e relações de gênero no tema Brasil Colonial⁹⁴.

Para a elaboração deste artigo, apresentamos as análises referentes a temática de Brasil Colonial dos cinco livros mais distribuídos de acordo com o índice de distribuição divulgado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sendo eles (por ordem decrescente de distribuição): *História sociedade & cidadania* do autor Alfredo Boulos; *Araribá Mais História*, obra coletiva, cuja editora responsável é Ana Claudia Fernandes; *Vontade de saber História* dos autores Adriana Machado Dias, Keila Grinberg, Marco

⁹² Os livros analisados foram: *História sociedade & cidadania*; *Araribá Mais História*; *Vontade de saber História*; *História: das origens do homem à era digital*; *Historiar*; *Teláris – História*; *História.doc*; *Inspire História*; e *História: escola e democracia*.

⁹³ As informações referentes as quantidades de livros distribuídos pelo PNLD podem ser consultadas no índice de distribuição divulgado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). In: BRASIL. MEC. FNDE. SEB. *Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2020. Dados estatísticos*.

⁹⁴ A dissertação completa e o manual didático desenvolvido na pesquisa, podem ser consultados no seguinte link: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/597277>

César Pellegrini; *Estudar História: das origens do homem à era digital* das autoras Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto; e *Historiar* obra de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues.

Para introduzir o tema da História das Mulheres e relações de gênero nos livros didáticos apresentamos um rápido panorama do desenvolvimento destes campos na História.

As primeiras preocupações na História em se pensar as relações de gênero foram em torno do reconhecimento da mulher como sujeito histórico. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro, apontam que uma das maiores influências para o surgimento da História das Mulheres foi o advento da história social e das correntes revisionistas marxistas

[...] cuja preocupação incide sobre as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais, até então excluídos do interesse da história: operários, camponeses, escravos, pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos de investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história⁹⁵.

Soihet e Pedro concluem que a história das mentalidades e a história cultural reforçaram a abordagem do feminino. Neste ponto, a interdisciplinaridade assumiu um importante papel nos estudos sobre as mulheres e a historiografia passou a dialogar com outras disciplinas como a literatura, linguística, psicanálise e a antropologia⁹⁶.

A História das Mulheres tornou-se uma realidade na década de 1960 na França ligada ao impulso do movimento feminista e também ao início da *Terceira Geração da Escola dos Annales* na década de 70. Na Inglaterra, as

⁹⁵ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Vol.27, n.54, São Paulo, 2007, p. 285.

⁹⁶ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Vol.27, n.54, São Paulo, 2007, p. 285.

historiadoras das mulheres se reuniram em torno da *History Workshop* e nos Estados Unidos nos *Women's Studies*. No Brasil os primeiros estudos em torno das temáticas chegaram ainda nos anos de 1970.

Ao longo da década de 70 as mulheres ocuparam cada vez mais os espaços acadêmicos e graças à História das Mulheres foi possível estabelecer pesquisas e novas abordagens voltadas a condição delas. Sobre este período Margareth Rago afirma:

Desde os anos setenta, as mulheres entravam maciçamente nas universidades e passavam a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas, emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona. Histórias da vida privada, da maternidade, do aborto, do amor, da prostituição, da infância e da família, das bruxas e loucas, das fazendeiras, empresárias, enfermeiras ou empregadas domésticas, fogões e panelas invadiram a sala e o campo de observação intelectual ampliou-se consideravelmente. O mundo acadêmico ganhava, assim, novos contornos e novas cores⁹⁷.

No final da década 1970 havia a exigência da categoria "mulheres", pensadas no plural, visando introduzir a diferença nessa categoria como um problema que deveria ser analisado. A partir deste contexto passou-se a pensar as mulheres através de recortes de classe, raça, etnia, geração e sexualidade: "Mulheres negras, índias, mestiças, pobres, trabalhadoras, muitas delas feministas, reivindicaram uma 'diferença' – dentro da diferença. Ou seja, a categoria 'mulher', que constituía uma identidade diferenciada da de 'homem', não era o suficiente para explicá-las"⁹⁸.

⁹⁷ RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Gênero e História*. CNT-Compostela, 2012, p. 51.

⁹⁸ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Vol.27, n.54, São Paulo, 2007, p. 287.

Com a possibilidade de análise a partir da História das Mulheres, ficou cada vez mais evidente as desigualdades entre elas e os homens e logo as teóricas passaram a pensar a relações dos dois grupos de maneira simultânea, não mais isolando a história feminina. A necessidade em se problematizar o gênero surgiu a partir da necessidade de se analisar a construção das relações sociais em torno dos sexos e também a construção das desigualdades baseadas nas diferenças sexuais.

A grande divulgação da categoria “gênero” como possibilidade de análise histórica foi abordado pelo trabalho da historiadora Joan Scott em 1986 com a sua publicação na *The American Historical Review* e posteriormente em 1990 com a tradução do artigo na revista *Educação e Realidade* com o título “Gênero, uma categoria útil de análise histórica” é que o tema passou a ser amplamente utilizado na historiografia internacional e brasileira⁹⁹.

Segundo Soihet e Pedro, “gênero” deu ênfase ao caráter fundamentalmente social, cultural, das diferenças baseadas no sexo. Afastou o espectro da naturalização e deu precisão a ideia de assimetria e hierarquia nas relações femininas e masculinas, incorporando a perspectiva das relações de poder¹⁰⁰.

Joan Scott fala que “gênero, além de ser um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro”¹⁰¹. O termo “gênero” passou a ser utilizado para designar as relações sociais entre os sexos, rejeitando as explicações biológicas para as

⁹⁹ PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, vol. 12, n. 22, Rio de Janeiro, 2011, vol.12, n.22, p. 273.

¹⁰⁰ SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Vol.27, n.54, São Paulo, 2007, p. 288.

¹⁰¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 75.

diversas formas de subordinação feminina. “Gênero” tornou-se uma maneira de explicar “construções culturais – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres”¹⁰².

Soihet e Pedro defendem que a teoria de Joan Scott permitiu às feministas forjar um instrumento de análise que possibilitou promover um novo conhecimento sobre as mulheres e a diferença sexual:

A história feminina, deixa, então, de ser apenas uma tentativa de corrigir ou suplementar um registro incompleto do passado, e se torna, um modo de compreender criticamente como a história opera enquanto lugar de produção do saber gênero. Esclarece que esse saber era pensado no sentido a ele atribuído por Michel Foucault, ou seja, sempre relativo: seus usos e significados “nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas”¹⁰³.

As contribuições destas teorias quando analisamos livros didáticos dá-se justamente na identificação e interpretação de padrões de dominação e relação de poderes na maneira como os conteúdos de história são transmitidos e a maneira como mulheres e questões de gênero aparecem neles.

História das Mulheres e relações de gênero na temática Brasil Colonial

A abordagem de História das Mulheres e relações de gênero nos oferece subsídio para identificarmos a presença feminina nos conteúdos de História e permite que analisemos se nestes conteúdos as mulheres são

¹⁰² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 75.

¹⁰³ SCOTT, 1994, apud SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. Vol.27, n.54, São Paulo, 2007, p. 289.

colocadas como indivíduos históricos e sua condição de gênero é problematizada e questionada, ou se apenas aparecem como adereços nas temáticas, abarcadas pelos recortes das minorias sem que de fato, o discurso histórico tradicional seja indagado.

Cristiani Bereta da Silva fala que os livros didáticos são objetos e produtos culturais, trazem “pedagogias que inscrevem padrões normativos e hegemônicos sobre os sujeitos, suas relações e comportamentos”¹⁰⁴. Mantém papéis e padrões de dominação intactos ao longo do tempo. Desta forma, é preciso pensar e analisar como temas relacionados às mulheres e os papéis sexuais têm sido abordados e construídos como saber histórico escolar, “e ainda, questionar: o que a leitura dos livros didáticos de História tem a dizer sobre a produção de diferenças e desigualdades de gênero?”¹⁰⁵.

As mulheres passaram a ser inseridas com mais frequências nos livros ao longo da década de 1990 e anos 2000, porém, esta incorporação, passou a ser feita através de “links, boxes, textos dentro de outros textos e pluralidade de imagens”. Estes recursos abriram apenas parênteses para que “as questões que envolvam aspectos da vida cotidiana, privada, e assim, por associação histórica, da história das mulheres e das relações de gênero, fossem abordadas”¹⁰⁶. A incorporação dos temas que envolvem as mulheres e relações de gênero, como suplementos da história, em forma de textos adicionais, demonstra mais as permanências, do que mudanças:

¹⁰⁴ SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, Uberlândia, 2007, p. 224.

¹⁰⁵ SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, Uberlândia, 2007, p. 224.

¹⁰⁶ SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, Uberlândia, 2007, p. 228.

As mulheres parecem permanecer como um grupo desviante entre os saberes históricos escolares, ao passo que os homens ainda ocupam a "base da elaboração da regra". A história das mulheres, e mesmo, as formulações sobre as diferenças e desigualdades de gênero, são, ainda, adendos da história geral, muitas vezes incorporadas e abrigadas sob o guarda-chuva das minorias étnicas, nacionais, religiosas ou sexuais¹⁰⁷.

De modo geral, os livros didáticos trazem apropriações de imagens que ainda apresentam um mundo masculino, branco, adulto, cristão e heterossexual¹⁰⁸. Estas características ainda estão fortemente enraizadas nos diferentes conteúdos, tratando-se na formação da sociedade brasileira, é importante observamos como estes padrões ainda são reproduzidos.

As representações iconográficas e textuais colaboram para a cristalização de uma visão de mulher reproduzida em sala de aula que não se atenta a diversidade e diferentes realidades femininas do período. Para estabelecer uma análise crítica sobre a abordagem destinada às mulheres, priorizamos a análise textual dos conteúdos para a elaboração deste artigo.

O primeiro livro analisado é de autoria de Alfredo Boulos, *História: sociedade e cidadania*¹⁰⁹. A obra traz poucas referências textuais sobre as mulheres e as relações de gênero e mantém visões historicamente cristalizadas acerca da presença feminina no Brasil Colonial.

Tratando-se das relações de gênero, Boulos Júnior aborda a questão do casamento e dos laços de parentesco em três momentos: A primeira

¹⁰⁷ SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, Uberlândia, 2007, p. 229.

¹⁰⁸ SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, Uberlândia, 2007, p. 230.

¹⁰⁹ De acordo com o índice de distribuição a obra editada pela FTD S.A foi a mais distribuída no ano de 2020, totalizando 933.313 exemplares entregues nas escolas públicas do Brasil.

ocorre no subcapítulo *A sociedade colonial*, ao se referir a “nobreza da terra” (família de senhores de engenho) cita a importância dos laços matrimoniais:

Muitos senhores de engenho descendiam dos primeiros colonizadores portugueses e se consideravam a nobreza da terra. Os laços de sangue, reforçados por casamentos entre pessoas dessa nobreza, ajudavam a preservar o prestígio e o poder desse grupo social.¹¹⁰

Em outro momento o autor cita novamente a importância dos casamentos para a constituição da sociedade colonial ao falar dos comerciantes fala da importância das relações matrimoniais e do uso do dote: “Houve também comerciantes que se casavam com as filhas dos senhores de engenho e, com isso, conseguiam chegar ao topo da hierarquia social”.¹¹¹

Além das duas abordagens no conteúdo, o autor oferece como texto de apoio um trecho do livro *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)* de autoria de João Fragoso, Manolo Florentino e Sheila de Castro Faria¹¹², apontando a importância dos laços de parentesco para ascensão social e a maneira como isso ocorria através do casamento.

Sendo este um subcapítulo que fala da formação da sociedade, a ausência das mulheres ou a menção a elas apenas como possibilidade de esposas ou filhas de senhores de engenho, utilizadas como meios para se conseguir ascensão social demonstra a permanência de visões da historiografia tradicional sobre a presença feminina na colônia.

¹¹⁰ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 171.

¹¹¹ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 172.

¹¹² FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila de castro. *A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX)*. São Paulo: Atual, 1998, p. 80-81.

Joan Scott ao defender que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos”¹¹³, propõe que um dos elementos que deve ser pensado é a “concepção política e referência as instituições e à organização social”¹¹⁴, salientando aos historiadores de que o uso de gênero deve ir além dos sistema de parentesco (lar e família como base da organização social), abordando visões mais amplas que incluam principalmente o sistema político e a economia, que demonstre como historicamente a assimetria de poder entre homens e mulheres foi constituída.

Sob esta ótica, Boulos Júnior mantém um padrão de abordagem referente à gênero que pensa a mulher apenas no espaço privado do lar e do matrimônio, não sendo citada ou abordada como sujeito histórico formador da sociedade colonial apresentada.

No subcapítulo *Os escravizados*, a caixa de texto intitulada “Dialogando” refere o trabalho realizado pelas mulheres escravizadas:

Nos engenhos coloniais eram, geralmente as mulheres que trabalhavam na moagem da cana. Quando a situação exigia, o trabalho de moagem se estendia noite adentro. Exaustas, elas corriam o risco de ter um braço esmagado na moenda. Levante uma hipótese: Por que será que os senhores preferiam que as mulheres realizassem esse tipo de serviço?¹¹⁵.

Nas orientações didáticas, na parte intitulada *Texto de apoio*, o autor disponibiliza um excerto de autoria de Stuart B. Schwartz¹¹⁶ sobre a condição

¹¹³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 86.

¹¹⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 87.

¹¹⁵ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania. 7o ano: ensino fundamental: anos finais*. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 173.

¹¹⁶ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 130-131.

do trabalho das escravizadas nas fábricas do engenho. A resposta da questão levantada na caixa proposta pelo autor envolve uma breve análise das relações de gênero:

Segundo o historiador Stuart B. Schwartz, as mulheres eram preferidas na moagem, pois o serviço era perigoso e, caso elas viessem a se acidentar, o senhor não perdia tanto, porque o preço das mulheres era menor do que o dos homens, além disso, elas eram consideradas mais pacientes, qualidade tida como essencial para a realização desse serviço¹¹⁷.

A visão proposta pelo autor a respeito da utilização da mão-de-obra feminina na moagem da cana é reducionista não possibilitando uma leitura mais aprofundada da desigualdade de gênero. Scott ao teorizar gênero, aponta que “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”¹¹⁸ e que as referências de divisão de mundo estão baseadas nas diferenças sexuais. Para a historiadora: “na medida em que essas referências estabelecem distribuições de poder (um controle ou acesso diferencial aos recursos materiais e simbólicos) o gênero torna-se implicado na concepção do próprio poder”.¹¹⁹ Ou seja, a divisão de trabalho e a utilização de mulheres na tarefa sob esta perspectiva não se tratava somente da economia em relação aos prejuízos de mão-de-obra, mas sim uma estrutura desigual de divisão de tarefas baseada nas diferenças entre os sexos.

Outro ponto importante sobre a abordagem do autor é a utilização da característica “paciência” como um atributo feminino, reafirmando padrões baseados nas diferenças de gênero, em que mulheres são vistas como mais

¹¹⁷ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 173.

¹¹⁸ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 88.

¹¹⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 88.

pacientes, calmas, tranquilas e os homens vistos como mais enérgicos, impacientes e ativos.

No mesmo subcapítulo ao falar dos trabalhos realizados pelos africanos escravizados, cita os trabalhos domésticos como funções femininas: "cozinheira, faxineira, arrumadeira, etc)"¹²⁰; e no subcapítulo "Trabalho" o autor afirma: "A mulher cultivava a terra, cuidava dos doentes, colhia e moía a cana, lavava e passava, fazia partos, vendia doces e salgados"¹²¹. Nota-se a distinção de gênero na realização de trabalhos e no reforço do estereótipo dos trabalhos domésticos serem realizados por mulheres.

Na caixa de texto "Para saber mais", nos é apresentada a história de uma escravizada, o título do texto é "A negra Anastácia: mito e religiosidade":

Contam que, no século XVIII, teria vivido no interior mineiro uma escrava por nome Anastácia, uma negra de olhos azuis. Por sua rara beleza, Anastácia teria despertado ciúmes na mulher de seu senhor, que, por isso, obrigou-a a usar a máscara de flandres. Muito tempo depois, em 1968, durante a comemoração dos 90 anos da abolição da escravatura, na igreja do Rosário, no Rio de Janeiro, Anastácia foi homenageada e descrita como santa pelos milagres que teria realizado.

Na verdade, Anastácia é um mito da nossa história; não há provas materiais de sua existência; mas as histórias que se conta sobre ela fazem parte da memória da escravidão e continuam inspirando atitudes de devoção e respeito entre as gentes de Minas Gerais¹²².

¹²⁰ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 173.

¹²¹ BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 185.

¹²² BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018, p. 186.

Joan Scott aponta como um dos elementos constitutivos de gênero são os “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas”¹²³ (frequentemente contraditórios), levantando a seguinte questão para os historiadores: “que representações simbólicas são invocadas, como e em quais contextos?”¹²⁴

A partir deste ponto de vista, podemos estabelecer uma análise sobre a escolha do autor ao associar a história da escravizada Anastácia e seu sofrimento a ideia de santidade, pureza e beleza. O martírio sofrido pela jovem escravizada se assemelha aos martírios vividos pelos santos católicos, e até destinam a ela milagres. A invocação da imagem de Anastácia como uma santa em 1968 representa uma tentativa de reparação com a sua história, tirando dela a posição de escravizada, punida por sua beleza, para uma imagem imaculada e reconhecida socialmente pela Igreja.

A última referência as mulheres está nas atividades, nas quais o autor propõe uma questão a respeito das mulheres comerciantes no contexto da África e Brasil Colonial e fornece nas orientações didáticas o seguinte excerto:

Mulheres comerciantes

Foram as mulheres forras e livres, que se ocupavam no pequeno comércio ambulante, que levaram para as ruas o acarajé, o abará, o vatapá, o caruru, o arroz de hauçá, o acaçá e outras iguarias da culinária afro-brasileira. Muitas compraram a alforria própria ou de familiares com o dinheiro ganho desse comércio de rua. Nas praças das grandes e pequenas cidades do império, quituteiras negras montavam seus tabuleiros trazendo mocotós, mingaus, canjicas, rolete de cana, queimados e muitas outras receitas, que mais tarde foram incorporadas à cozinha brasileira. Dos africanos a culinária brasileira incorporou o azeite de dendê, a pimenta-malagueta e o quiabo. Os afro-brasileiros fizeram também

¹²³ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 86.

¹²⁴ ¹²⁴ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 86.

invenções importantes, a partir das culinárias africanas e europeias, depois incorporadas à culinária nacional. Mulheres negras também ficaram famosas exercendo o ofício de parteiras. No Brasil antigo, foi grande o número de crianças, negras e brancas, que vieram ao mundo nos braços das parteiras negras.¹²⁵

Quando Joan Scott aponta que gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, fala dos conceitos normativos que expressam interpretações dos símbolos que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas, mantendo oposições binárias fixas, afirmando que é ser homem ou mulher, masculino e feminino de maneira inequívoca e categórica. Estas afirmações normativas impedem outras possibilidades alternativas, as rejeitando ou até as reprimindo.¹²⁶

A escolha de Boulos Júnior contribui para visões categóricas e fixas a respeito dos papéis femininos na colônia, atribuindo às mulheres funções historicamente vistas como femininas (a produção de alimentos e a função de parteira). Mais uma vez os papéis de gênero não são contestados ou problematizados pelo autor. Além disso, o texto está inserido nas orientações didáticas, os alunos não possuem acesso a ele e neste caso torna-se uma abordagem opcional por parte dos professores.

Tratando-se este de ser o livro mais distribuído nas escolas públicas brasileiras, não podemos deixar de alertar para o escasso recorte de gênero e História das Mulheres e para as manutenções dos papéis de gênero historicamente inscritos na obra.

¹²⁵ FRAGA, Walter; ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009, p. 41.

¹²⁶ ¹²⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 86 – 87.

No livro *Araribá Mais – História*¹²⁷, observou-se apenas três referências textuais às mulheres no Brasil Colônia e uma referência que nos permite uma análise em relação as questões de gênero. No subcapítulo “A administração da colônia” ao falar das câmaras municipais encontramos a seguinte designação: “Somente os chamados *homens-bons* (proprietários de terra e de escravizados, que eram portugueses ou seus descendentes) podiam ser eleitos vereadores das camaras municipais”.¹²⁸

A estrutura política descrita no livro didático colabora para a manutenção de visões acerca da distribuição do poder em que gênero não é colocado em questão. Quando os autores do livro optam pela designação “homens-bons” e não problematizam a origem dessa designação e sua implicação na formação da sociedade, reproduzem discursos que mantêm as assimetrias de gênero inscritas no ensino de História. Joan Scott aponta que:

Quando os/as historiadores/as buscam encontrar as maneiras pelas quais o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e as formas particulares e contextualizante específicas pelas quais a política constrói gênero e o gênero constrói a política.¹²⁹

O próprio fato de não se questionar a política colonial e sua organização que excluía mulheres e também outros homens é uma maneira de se perpetuar relações de poder no campo de gênero.

¹²⁷ O livro foi lançado pela Editora Moderna Ltda., e distribuiu 458.090 exemplares nas escolas públicas brasileiras.

¹²⁸ FERNANDES, Ana Claudia. *Araribá mais: História. Manual do Professor*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p.147, grifo do autor.

¹²⁹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 89.

No subcapítulo “A vida nos engenhos – os escravizados”: “As mulheres escravizadas em geral realizavam diversas atividades domésticas para os senhores do engenho e também trabalham no eito”¹³⁰. A menção generalista e sem detalhes sobre a vida das mulheres escravizadas não contribui para a valorização do papel feminino no trabalho realizado nos engenhos e nem em como eram fundamentais para estes espaços. O texto também mantém padrões normativos da divisão social do trabalho baseada na diferença de gênero, atribuindo papéis que definem o que é ser mulher neste contexto.

No subcapítulo “Escravidão e resistência”, nas orientações didáticas encontramos a sugestão do livro “Quando a escrava Esperança Garcia escreveu uma carta” de Sonia Rosa, que narra a história da escravizada Esperança, que tinha sido alfabetizada por jesuítas e escreveu uma carta para o governador da capitania do Maranhão, denunciando os maus-tratos sofridos e praticados por um senhor.

Joan Scott aponta a importância da abordagem histórica que contesta a noção de fixidez dos conceitos normativos. Pois é comum que a posição dominante seja declarada como a única possível e a história posterior seja “escrita como se essas posições normativas fossem produto do consenso social e não do conflito”.¹³¹ Sob este aspecto, a história da escravizada Esperança fornece uma possibilidade de contestação de padrões normativos e permite uma abordagem de gênero que aponte outras possibilidades de papéis não normativos no contexto colonial.

No subcapítulo “Descoberta e exploração dos diamantes”, citam a existência de Chica da Silva, mas não fornecem maiores informações no

¹³⁰ FERNANDES, Ana Claudia. *Araribá mais: História. Manual do Professor*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p.157.

¹³¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 87.

texto destinado aos alunos. Trazem informações complementares sobre ela nas orientações didáticas. Também nas orientações didáticas do subcapítulo "Africanos escravizados e libertos", apontam:

Sugerimos ao professor que converse com os estudantes sobre as negras quitandeiras, figuras muito presentes no cotidiano das Vilas e cidades mineiras. Muitas mulheres escravizadas costumavam trabalhar como ambulantes ou em vendas que atendiam a escravos e brancos pobres. Esses locais tornaram-se pontos de encontro, lazer, namoro e solidariedade¹³².

A sugestão proposta pelo livro é importante, pois aborda uma característica das mulheres da sociedade colonial mineira que não costuma ser retratada em outros livros. No entanto, poderia ser oferecido um texto para os alunos conhecerem e abordarem este assunto e assim terem maior contato com a história das mulheres na colônia. A pouca representatividade feminina nos conteúdos aponta um vazio histórico em torno da presença das mulheres, tornando-as invisíveis como sujeitos históricos.

O livro *Vontade de Saber História*¹³³, de Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco César Pellegrini, traz apenas duas referências textuais às mulheres no conteúdo Brasil Colonial.

A primeira aparece na caixa de texto chamada "O sujeito na história" na qual apresentam a história de "Jinga Mbande"¹³⁴. O texto está no subcapítulo "A mão de obra africana" e parece descontextualizado, uma vez que não está associado ao conteúdo sobre a História da África e

¹³² FERNANDES, Ana Cláudia. *Araribá mais: História. Manual do Professor*. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p.222.

¹³³ De acordo com o índice de distribuição divulgado FNDE foram distribuídos 216.964 exemplares da obra que é editada pelo Quinteto Editorial.

¹³⁴ DIAS, Adriana Machado; GRINBERG Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade saber história*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 171.

também é inserido como um conteúdo a parte ao tema discutido. O fato de não haver uma abordagem relacionada a gênero ou a importância da História das Mulheres, sobretudo, a relevância da personagem histórica apresentada demonstra a invisibilidade feminina nos conteúdos de História. Ainda mais no contexto em que tal texto é apresentado, uma vez que não há uma problematização a respeito das mulheres serem “sujeitos na história” e há um completo silenciamento em relação a elas em todo o conteúdo.

O segundo momento em que os autores citam as mulheres é numa caixa de texto no conteúdo que descreve a organização social num engenho de açúcar:

O dono do engenho, chamado de senhor do engenho, morava com sua família na casa-grande, que era uma construção ampla e confortável. Na casa-grande trabalhavam escravizados domésticos, principalmente mulheres, que cuidavam dos filhos dos senhores, servindo como amas de leite e realizando a maior parte dos trabalhos domésticos.¹³⁵

A ausência das mulheres no conteúdo e a manutenção de estereótipos de gênero em torno delas no tema Brasil Colonial aponta para a permanência de elementos que definem gênero a partir das diferenças percebidas entre os sexos, como aponta Joan Scott.¹³⁶ Neste aspecto observamos a utilização de representações simbólicas femininas em torno da figura da mulher cuidadora (ama-de-leite) e também responsável pelo trabalho doméstico. Outro elemento presente é o conceito normativo, que determina a fixidez do papel atribuído à mulher no período colonial.

¹³⁵ DIAS, Adriana Machado; GRINBERG Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade saber história*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018, p. 175.

¹³⁶ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, v.20, n.2, Porto Alegre, 1995, p. 86.

Já o livro *Estudar História: das origens do homem à era digital*¹³⁷, das autoras Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto preocupa-se em contextualizar a presença feminina no período colonial e a apresentar noções de famílias que vão além da família patriarcal.

No capítulo “Colonização portuguesa na América”, as autoras destinam um subcapítulo para debater a presença das mulheres portuguesas na colônia trazendo uma importante reflexão sobre a ausência das mulheres nos livros didáticos:

Até por volta dos anos 1980, as mulheres quase não eram mencionadas nos livros de história do Brasil, particularmente no período colonial. Recentemente, porém, os historiadores e, sobretudo, as historiadoras passaram a chamar a atenção para a ativa participação feminina no processo de construção da sociedade brasileira.

No início do período colonial, o número de mulheres que chegou à América portuguesa era muito menor que o de homens. A maioria dos primeiros colonos havia deixado para trás suas famílias, esposas e filhos, na expectativa de enriquecer e um dia retornar a Portugal. Essa situação favoreceu as relações, muitas vezes reduzidas à violência sexual, entre colonos e mulheres nativas ou africanas. As primeiras portuguesas chegaram ao Brasil em 1551: eram três irmãs. Até o final do século XVI, outras mulheres foram chegando aos poucos sempre em número muito inferior ao dos homens. As mulheres brancas, segunda a cultura européia da época (e também de vários outros povos), deviam ocupar-se da educação das crianças e dos cuidados com a casa e a família. Várias mulheres, contudo, ousaram contrariar essa tradição e exercer atividades que eram atribuídas aos homens. Na década de 1580, por exemplo, Inês de Souza, mulher do governador do Rio de Janeiro, Salvador Correia de Sá, comandou a defesa da cidade contra a tentativa de invasão de corsários franceses. Outro caso conhecido foi o de Brites de Albuquerque, capitã-donatária de Pernambuco. Esposa de Duarte Coelho Pereira, primeiro capitão-donatário da capitania de Pernambuco, Dona Brites chegou ao Brasil em 1535 com o marido e o irmão, Jerônimo de Albuquerque, e nunca mais voltou a Portugal.

Com a morte do marido e na ausência do filho mais velho, em 1554 foi nomeada capitã interina de Pernambuco, cargo que exerceu até 1561. Durante seu governo, Brites de Albuquerque pacificou as relações entre os colonos e os indígenas, contribuiu para

¹³⁷ Foram distribuídos 186.125 exemplares da obra que é editada pela Editora Moderna Ltda.

o desenvolvimento da economia açucareira e promoveu a urbanização de Olinda, sede da capitania¹³⁸.

O texto traz no final uma questão na caixa “Recapitulando”: “Por que podemos afirmar que Inês de Sousa e Brites de Albuquerque contrariaram a tradição de seu tempo?”¹³⁹. Cujas respostas propostas pelas orientações didáticas diz:

“Segundo a tradição do período colonial, as mulheres brancas deviam se ocupar do cuidado dos filhos e de afazeres domésticos. Porém, tanto Inês de Souza quanto Brites de Albuquerque contrariaram essa expectativa ao assumirem cargos políticos - ainda que temporariamente”¹⁴⁰.

Consideramos importante observar o fato das mulheres citadas serem de classes sociais abastadas e possuidoras de grandes feitos (cargos políticos no contexto colonial). Apenas duas mulheres são citadas, deixando de lado as mulheres de camadas populares que migraram para a colônia, a mulher pobre e livre na colônia não é retratada neste capítulo, portanto, o conceito de mulher portuguesa que emigrou para a colônia exclui do conteúdo as mulheres de classes populares, dando ênfase à mulher que vive no seio patriarcal e burguês.

Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto, optam por trabalhar a inserção das mulheres das classes populares no capítulo intitulado “Mineração na América portuguesa”, no subcapítulo “Famílias e mulheres nas cidades mineradoras”, as autoras citam o historiador Luciano Figueiredo (2004):

¹³⁸ BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Manual do Professor. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p. 114.

¹³⁹ BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Manual do Professor. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p. 114.

¹⁴⁰ BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Manual do Professor. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p. 114.

A região das Minas Gerais (no século XVIII) testemunhou ainda outro fenômeno: ali grande número de domicílios eram chefiados por mulheres negras ou mulatas, solteiras, casadas, mas com o marido ausente ou viúvas, mantendo sozinhas o sustento dos filhos, quase sempre por meio de atividades comerciais ou cultivo de roças. A elevada circulação dos homens, a pressão eclesiástica contra a coabitação de casais sem oficialização matrimonial e, de maneira decisiva, a autonomia alcançada pela mulher no mercado de trabalho urbano e na economia, contribuíram para a disseminação desses núcleos domésticos chefiados por mulheres: no início do século XIX, quase 50% dos lares se encontravam nessa situação [...] ¹⁴¹.

A visão trazida pelas autoras contribui para construção de outra abordagem acerca da História das Mulheres no período colonial. Mesmo que no primeiro texto as mulheres das classes populares tenham sido deixadas de lado, neste vemos a preocupação das autoras em contextualizar no período colonial a importância destas mulheres na sociedade do período.

Este viés interpretativo permite que possamos debater com as alunas e alunos a ideia de família colonial. Possibilita uma análise que inclua o contexto temporal e o regional. Temporal: qual período da História Colonial? E regional: em qual local da colônia se davam tais arranjos familiares? Notadamente o padrão patriarcal amplamente difundido como o padrão familiar oficial da colônia era um padrão específico de uma região e período.

No âmbito da discussão sobre os modelos familiares da colônia, Braick e Barreto, trazem um texto sobre as famílias dos escravizados no capítulo “A sociedade escravista e cultura afro-brasileira”:

A constituição de famílias entre os africanos escravizados, embora desagradasse a muitos proprietários, não foi possível de ser

¹⁴¹ FIGUEIREDO *apud* BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Manual do Professor. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p. 185.

contida pela sociedade escravista. Apesar das mulheres africanas serem importadas em menor número em relação aos homens, ao longo dos anos, a reprodução natural tendeu a equilibrar a presença de ambos os gêneros na colônia.

Por muito tempo acreditou-se que, devido aos mecanismos da escravidão, a união entre cativos havia ocorrido de modo instável. Contudo, estudos recentes mostraram que a formação de famílias entre os escravizados não só existiu de modo relativamente estável, como se caracterizou pela monogamia e pela organização nuclear (mãe, pai e filhos).

Geralmente os cativos podiam escolher com quem se casar. Era comum se unirem com pessoas que provinham da mesma região da África que eles, mesmo que pertencessem a senhores distintos e tivessem que morar em casas separadas. Casavam-se com o apoio da Igreja, embora não realizassem ritual religioso, já que casamento era uma cerimônia cara. Contudo, a família dos escravizados estava sob ameaça constante devido aos riscos de separação forçada: os senhores poderiam vender algum membro da família em um momento de dificuldade financeira ou mesmo como punição por algum motivo.

Apesar de todas as dificuldades, muitas famílias se formaram, recurso que acabou se tornando uma maneira de os africanos reconstruírem seus laços afetivos e recriarem uma cultura própria, com base na cultura que traziam de seus lugares de origem¹⁴².

A família dos escravizados não é um assunto recorrente nos livros didáticos, ao abordarem este tema as autoras permitem uma interpretação acerca do convívio dos escravizados que ultrapassa a visão de força de trabalho. Ao falarmos da família, resgatamos laços sociais importantes que fornecem repertório para a construção de uma identidade humana dos africanos escravizados retirando deles o estigma de objetos.

Nesta perspectiva, Robert W. Slenes, em seu livro *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava*, aponta que a formação de famílias pelos escravizados permitiu que estes se encontrassem. Pois geraram famílias nucleares (pai, mãe e filhos), extensas com vínculos de parentescos e intergeracional, dando origem as “comunidades escravas”:

¹⁴² BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Manual do Professor. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018, p. 144.

Dividida até certo ponto pela política de incentivos dos senhores, que instaurava a competição por recursos limitados, mas ainda assim unida em torno de experiências, valores e memórias compartilhadas. Nesse sentido, a família minava constantemente a hegemonia dos senhores, criando condições para a subversão e a rebelião, por mais que parecesse reforçar seu domínio na rotina cotidiana¹⁴³.

Braick e Barreto oferecem algumas contribuições importantes nas orientações didáticas do livro como fontes bibliográficas sobre o assunto, uma explicação sobre o estatuto jurídico dos filhos de escravizados e um breve texto que aborda a questão da família de escravizados na historiografia brasileira.

Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto no mesmo capítulo na caixa “Conexão” sugerem a leitura do livro *História da Preta*, importante referência para as meninas negras, o livro traz a busca pelas origens da menina Preta através da história da África, as viagens nos navios negreiros e a chegada dos africanos na América portuguesa. Outra contribuição importante para o debate em torno das relações de gênero e relações étnico-raciais é o texto sugerido na caixa de texto “Leitura Complementar”, intitulado “As amas de leite negras”. O excerto trazido pelas autoras é de autoria de Lorena Féres da Silva Telles, retirado do *Dicionário da escravidão e liberdade*.

O livro de autoria de Patrícia Ramos Braick e Anna Barreto, é um exemplar positivo encontrado na análise. As autoras ao longo dos capítulos que abordam o conteúdo de Brasil Colonial possibilitaram enfoques relacionadas à História das Mulheres e as relações de gênero problematizando pontos importantes acerca das vivências femininas no período estudado.

¹⁴³ SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 58.

O último livro apresentado, trata-se da obra *Historiar*¹⁴⁴, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, que apresenta um subcapítulo intitulado “Mulheres na Administração” na *Unidade 3: Formação do Brasil Colonial*, que aborda a presença feminina na colônia:

No Brasil colônia, a condição de vida das mulheres, de modo geral, era muito precária. No mundo da elite, por exemplo, elas eram menos valorizadas do que os homens e não tinham os mesmos direitos que eles. A política, a economia e a Igreja eram dominadas por senhores e não por senhoras.

Nessa época, muitas mulheres da elite tinham um cotidiano restrito ao ambiente doméstico, onde eram controladas por familiares e estavam sujeitas à violência de seus pais e maridos. Diante dessa dominação, algumas delas fugiam de suas casas; outras regressavam a Portugal, quando conseguiam.

Apesar das dificuldades, houve casos de mulheres que conseguiram administrar mercearias, lojas, quitandas, etc. Além disso, estima-se que, no Brasil colônia, quase metade das famílias nos centros urbanos eram chefiadas por mulheres.

Também houve casos de senhoras que se tornaram donatárias de capitânias. Entre elas, podemos citar Ana Pimentel e Brites Mendes de Albuquerque, que viveram no século XVI.

Ana Pimentel, assumiu a administração da capitania de São Vicente em 1534, quando seu marido, Martim Afonso de Souza, deixou o Brasil e foi para Portugal ocupar o cargo de capitão-mor da armada da Índia. Como donatária, Ana Pimentel organizou o cultivo de laranja, de arroz e de trigo, e introduziu a criação de gados em suas terras. Brites Mendes de Albuquerque assumiu o governo da capitania de Pernambuco em 1554, após a morte do seu marido, Duarte Coelho Pereira (c.1485-1554). Nesse período, Pernambuco era a capitania mais próspera do Brasil, com dezenas de engenhos e cerca de mil escravos.

Atualmente, vários historiadores ressaltam que o controle sobre as mulheres não foi algo implacável, que atingiu a todas elas. São inúmeros os casos de mulheres que desafiaram o domínio masculino¹⁴⁵.

A abordagem sobre a presença feminina na colônia proposta pelos autores é uma das poucas encontradas nos livros didáticos analisados. Ao

¹⁴⁴ A obra foi a quinta mais distribuída nas escolas públicas brasileiras, totalizando 184.393 exemplares entregues. O livro é editado pela editora Saraiva Educação S.A.

¹⁴⁵ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 7o ano: ensino fundamental: anos finais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p.153.

dedicar um subcapítulo específico para tratar da presença da mulher na colônia, os autores possibilitam uma discussão sobre os papéis atribuídos às mulheres neste contexto, no entanto, o texto apesar de tentar desconstruir a imagem cristalizada sobre as mulheres no período colonial reforça alguns estereótipos.

A ênfase é dada sobre as pertencentes à elite, aquelas que supostamente “merecem” ser citadas e lembradas pelo grande feito de terem sido donatárias de duas capitanias no período inicial da colônia. Ainda que ao longo do texto os autores defendam que as mulheres tentavam buscar mais autonomia e liberdade, essa realidade era apenas das mulheres da elite.

Nesta perspectiva, Sheila Siqueira de Castro Faria, em seu artigo “Patriarcalismo e a questão da legitimidade na historiografia brasileira”, aponta que é necessário questionar o padrão patriarcal e escravocrata do período colonial. Colocando em questão a posição da mulher, que é vista pelos historiadores precursores do patriarcalismo (Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr) como dominada e enclausurada. Para a autora, uma observação mais atual “pretende que repense a atuação feminina no período escravista. Não só, mas principalmente, entre os grupos mais empobrecidos, a mulher presidia unidades domésticas e tinha certa liberdade de movimentos no espaço público, teoricamente reservado aos homens”¹⁴⁶.

¹⁴⁶ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Patriarcalismo e a questão da legitimidade na historiografia brasileira. *IX Encontro de Estudos Populacionais, Anais (on-line)*, Caxambu, 1994, p. 400.

Os autores citam que “estima-se que, no Brasil colônia, quase metade das famílias nos centros urbanos era chefiada por mulheres”¹⁴⁷. O período colonial no Brasil é extenso, vai de 1530 aproximadamente com a chegada de Martim Afonso à vinda da Família Real em 1808, a realidade das famílias não era a mesma em toda a colônia, e tampouco em todo o período colonial. A citação dos autores, gera uma ideia generalista do período colonial. Por esta perspectiva, consideramos importante pensarmos os papéis atribuídos às mulheres a partir de sua camada social, período histórico e região.

Faria, aponta que os estudos que contestam a família patriarcal são relativos a São Paulo e Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Para a autora, ambas as áreas são muito diferentes do Nordeste colonial ou do Sudeste cafeeiro:

A extração aurífera pressupunha transitoriedade de pessoas muito maior que qualquer atividade agrícola, definindo, assim condições bastante peculiares de organização familiar. Estas áreas contavam com altíssima taxa de ilegitimidade entre crianças batizadas, refletindo um tipo de família onde somente um dos pais, quase sempre a mãe, convivia com os filhos¹⁴⁸.

Portanto, consideramos fundamental se pensar o contexto regional e temporal da colônia, quando se aborda os modelos familiares para além da família patriarcal. E julgamos necessário que ao pensar a participação feminina na colônia devemos citar os papéis sociais de outras mulheres para além da elite escravocrata.

Neste caso, no enfoque dado por Cotrim e Rodrigues, a mulher negra escravizada, as famílias formadas nas senzalas, as organizações familiares

¹⁴⁷ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar. 7o ano: ensino fundamental: anos finais*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p.153.

¹⁴⁸ FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Patriarcalismo e a questão da legitimidade na historiografia brasileira. *IX Encontro de Estudos Populacionais, Anais (on-line)*, Caxambu, 1994, p. 403.

indígenas, os papéis sociais atribuídos às mulheres pobres foram deixados de fora da perspectiva de gênero proposta pelos autores. O que colabora para uma ótica eurocêntrica, branca, burguesa, heterossexual da vida das mulheres.

No que diz respeito a representação feminina das mulheres negras, Cotrim e Rodrigues disponibilizam três textos, o primeiro está na caixa “Outras histórias”, no qual contam a história das baianas do acarajé, dando especial ênfase a origem do prato típico da Bahia e a sua ligação com a escravização das mulheres africanas. Narram como este alimento era comercializado nos centros urbanos pelas escravas de ganho que posteriormente entregavam o lucro das vendas aos senhores. Apontam como foi um fator importante na conquista da alforria de algumas escravizadas, que conseguiam juntar dinheiro com a venda do acarajé, e como é um alimento relacionado às práticas culturais e religiosas dos africanos escravizados.

Na caixa de texto “Outras Histórias” os autores contam a história de Aqualtune, uma líder quilombola, citando o texto de Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil (2000) que narra a origem da princesa guerreira e o modo como fugiu do engenho em que era escrava na região do Pernambuco, tornando-se líder de um quilombo. De acordo com o texto, Aqualtune seria antepassada de Ganga Zumba e Zumbi.

A presença das mulheres negras escravizadas em textos dentro de caixas de textos não possibilita a inserção do tema no contexto geral dos conteúdos discutidos. Demonstrando essa presença como exceções e assuntos a parte ou complementos ao que é discutido. A presença feminina nos assuntos que abordam a questão escravista é importante e os autores promovem uma tentativa de incluir os papéis femininos neste contexto, porém, ao serem colocados como casos e assuntos excepcionais, dificultam

a inserção da temática de gênero nos conteúdos de História tornando a presença da mulher descontextualizada.

A última menção textual às mulheres no livro de Cotrim e Rodrigues, é o subcapítulo intitulado "Chica da Silva: vida e contexto":

Francisca da Silva de Oliveira (1732-1796), ou simplesmente Chica da Silva, tornou-se uma famosa personagem da sociedade mineradora colonial. Ela era filha de uma escrava de mina e de um homem branco. Nasceu escrava, mas conquistou sua alforria em 1753. Sua liberdade foi concedida por seu proprietário, o contratador do Distrito de Diamantina João Fernandes de Oliveira (1720-1779).

Entre 1753 e 1770, Chica e João Fernandes foram companheiros e construíram uma família. Entretanto, foram impedidos de casar devido às leis e aos costumes da época. Durante essa união, eles tiveram treze filhos.

João Fernandes reconheceu a paternidade de todos os filhos e garantiu que eles fossem seus legítimos herdeiros. Chica cuidou que suas filhas estudassem na melhor instituição religiosa da região, o Recolhimento das Macaúbas.

Chica da Silva morreu em 1796, sendo enterrada com honras na Igreja de São Francisco de Assis. Assim terminou a trajetória de uma mulher forra que, mesmo vivendo em uma sociedade profundamente desigual, conquistou uma posição social importante e se inseriu na elite mineradora¹⁴⁹.

Nas orientações didáticas, os autores sugerem para a leitura e explicação sobre Chica da Silva questionamentos acerca da escravidão e o fato dos escravizados poderem ser mestiços (como Chica da Silva). Apesar da inserção importante dos autores, em relação a história de Chica no contexto da colônia em Minas Gerais, a falta de uma orientação didática voltada ao debate de gênero e ao modo como Chica alcançou sua liberdade e prestígio social torna o texto um pouco vago.

A abordagem dos autores possui o mérito de apresentar uma Francisca da Silva sem os atributos míticos que costumavam aparecer em

¹⁴⁹ COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar. 7o ano: ensino fundamental: anos finais*. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018, p. 232.

livros didáticos do passado, tornando sua figura mais humana e próxima da realidade, inserindo-a em seu tempo.

Uma constatação inicial que podemos identificar das análises é que as obras menos distribuídas nas escolas públicas brasileiras são as que mais promovem um recorte de gênero no conteúdo de Brasil Colonial, pensado a partir de problematizações que considerem gênero enquanto categoria analítica, e não apenas utilizando a imagem feminina como adendo ou adereço aos conteúdos. Sendo o conteúdo Brasil Colonial, um conteúdo essencial para se pensar a formação da sociedade brasileira, deixamos o alerta para a escassez da abordagem de gênero e História das Mulheres e também a crítica como muitas vezes estes assuntos são retratados ou representados.

Considerações Finais

O trabalho aqui apresentado trouxe um breve panorama da representatividade ou a falta dela em relação as mulheres nos livros didáticos. Para estabelecer a análise foi importante fazermos uma construção teórica do desenvolvimento da História das Mulheres e das relações de gênero na historiografia, pois desta forma podemos pensar a maneira como estes temas passaram a ser inseridos nos livros escolares.

A teoria da historiadora Joan Scott mostrou-se um importante ponto de partida para se problematizar a ausência feminina nos livros didáticos, ou ainda problematizar sua presença. A compreensão de uma relação desigual de poder inscrita nas relações de gênero permite com quem observemos as permanências em torno dos papéis de gênero que estão cristalizados na sociedade brasileira desde o período colonial.

Consideramos fundamental o debate no ensino de História que questione os papéis de gênero tradicionalmente difundidos pela historiografia e que ainda estão presentes nos livros escolares. Através do questionamento e inserção de novas perspectivas históricas sobre as mulheres e gênero é que é possível diminuir as assimetrias sociais que ainda estão presentes no contexto patriarcal.

A análise apresentada focou em demonstrar como os principais livros didáticos entregues nas escolas públicas apresentam a figura feminina na temática Brasil Colonial. Para tanto optamos por apresentar as análises dos cinco livros mais escolhidos pelos professores. As coleções foram analisadas no ano de 2019 e foram distribuídas no início do ano letivo 2020 pelo PNLD e referem-se aos anos 2020, 2021 e 2022. Portanto, nossa pesquisa é recente e reflete os conteúdos abordados em sala nos últimos três anos.

O livro mais distribuído, intitulado *História sociedade & cidadania*, possui cerca de 500.000 exemplares enviados a mais que o livro que ficou em segundo lugar *Araribá Mais História*. Esta informação é importante para refletirmos sobre como escolhem os professores, uma vez que os livros mais difundidos são os que apresentam poucos recortes de gênero em seus conteúdos¹⁵⁰. Com base nesta constatação consideramos que o critério “gênero” não é levado em conta na escolha nos livros didáticos que serão utilizados em sala.

A partir do estudo, identificamos que a História das Mulheres e as relações de gênero estão presentes nos livros. Em alguns temas aparecem inseridas no contexto histórico estudado, em outros aparecem como informações a parte e complementares ao conteúdo. A crítica ocorre justamente nas abordagens que não integram a presença feminina no

¹⁵⁰ Esta constatação parte da análise completa disponível na dissertação de mestrado, incluído as análises referentes as temáticas de História Indígena e História da África.

contexto histórico estudado como um todo, a deixando como uma vivência social paralela.

Parte das mulheres que foram narradas são aquelas relacionadas aos grandes feitos históricos, rainhas ou proprietárias de terras. As mulheres de classes sociais populares não costumam ser abordadas. Permitindo que concluamos que gênero ainda não é uma categoria que perpassa as análises históricas, mantendo as mulheres à parte da História. Em números podemos ver como a representatividade é pequena, no total encontramos vinte e quatro menções textuais em cinco coleções analisadas.

Esta análise propõe-se como o início de um diálogo para se pensar a questão de gênero no Ensino de História e não tem a pretensão de ser única, mas sim uma possibilidade de leitura e visão que pensa reduzir as desigualdades de gênero no ambiente escolar e por consequência na sociedade. Acreditamos que um olhar crítico sobre o que é ensinado e como é ensinado pode contribuir na formação dos professores e professoras de História para observarem os livros didáticos como espaços de manutenções de papéis de gênero e relações de poder assimétricos.

Referências Bibliográficas

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. São Paulo: *Revista de História*, n. 164, p. 487-516, jan/jun. 2011. Disponível: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19206>. Acesso em: 18/10/2018.

BOULOS JÚNIOR, Alfredo. *História sociedade & cidadania*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 4 ed. São Paulo: FTD, 2018.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. *Estudar história: das origens do homem à era digital*. Manual do Professor. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2018.

BRASIL. *Programa Nacional do Livro Didático*. Ministério da Educação. Brasília, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>

- _____. MEC. FNDE. SEB. *Programa Nacional do Livro Didático - PNLD* 2020. Dados estatísticos. <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-dolivro/pnld/dados-estatisticos>. Acesso em 10/07/2020.
- COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Historiar*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- DIAS, Adriana Machado; GRINBERG Keila; PELLEGRINI, Marco César. *Vontade saber história*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: Quinteto Editorial, 2018.
- FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Patriarcalismo e a questão da legitimidade na historiografia brasileira. *IX Encontro de Estudos Populacionais, Anais* (online), Caxambu, 1994. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/29>. Acesso em: 05/07/2020.
- FERNANDES, Ana Claudia. *Araribá mais: História*. Manual do Professor. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2018.
- FERREIRA, Angela Ribeiro. *Representações da história das mulheres no Brasil: em livros didáticos de história*. 2005, 146 f. Dissertação (mestrado) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação, UEPG, Ponta Grossa, 2006
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- MACHADO, Vanderlei e LOHN, Reinaldo Lindolfo. Gênero e imagem: relações de gênero através de imagens dos livros didáticos de história. *Gênero*. Niterói: EDUFF, v.4, n.2, p. 119-134, 2004
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi* (Rio J.) [online]. 2011, vol.12, n.22.
- PERROT, Michelle. *Uma história das mulheres*. Porto: Edições Asa, 2006. Coleção Ler e Saber.
- PRIORE, Mary Del. *História das Mulheres no Brasil*. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. *Gênero e História*. CNT-Compostela, 2012. Disponível em <http://www.cntgaliza.org/files/rago%20genero%20e%20historia%20web.pdf>. Acesso em 26 de maio de 2018.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, julho/dezembro, 1995.
- SERIACOPI, Reinaldo; AZEVEDO, Gislane. *Inspire História*. 7º ano: ensino fundamental: anos finais. 1 ed. São Paulo: FTD, 2018.
- SILVA, Cristiani Bereta da. O saber histórico escolar sobre as mulheres e relações de gênero nos livros didáticos de história. *Caderno Espaço*

Feminino, v. 17, p. 219-246, 2007. Disponível: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/440>. Acesso em 30/10/2018.

SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História* [online]. 2007, vol.27, n.54. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882007000200015&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 14/10/2018

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. *História.doc. 7º ano: ensino fundamental: anos finais*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. *Teláris história. 7º ano: ensino fundamental: anos finais*. 1 ed. São Paulo: Ática, 2018.